TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Presidência

Exp.: 521/2023

Da: Presidência

Para: Coordenadoria de Protocolo e Triagem

Ref.: - Documento protocolizado sob o nº 5643311/2019, subscrito pelas senhoras Afonsina Maria Repolês, Ana Maria Pereira e Carmem Lúcia Moreira de Souza, todas munícipes de Dom Silvério, mediante o qual oferecem denúncia em face de dispositivo do Estatuto dos Servidores Públicos municipais, Lei nº 1252, de 1994, que prevê o benefício de apostilamento aos servidores públicos municipais.

- Documentos referenciados: protocolos nº 6408610/2019, nº 5737711/2019, nº 126701/2022 e nº 126602/2022.

Data: 17/3/2023

Senhora Coordenadora,

Com fundamento no art. 301 do Regimento Interno, Resolução nº 12, de 2008, recebo a documentação referenciada como DENÚNCIA e determino sua autuação e distribuição, nos termos previstos no *caput* do art. 305 c/c art. 113 do citadonormativo, ante a análise prévia da Coordenadoria de Auditoria de Atos de Pessoal, [Mem. nº 5, de 2023](#) (protocolo nº 126602), ratificada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal no [Mem. nº 41, de 2023](#), quanto ao “potencial indício de ilegalidade na concessão de apostilamento aos ocupantes de cargos políticos.”

Atenciosamente,

Conselheiro Gilberto Diniz
Presidente
(assinado digitalmente)